

CAPÍTULO XV

URBANIZAÇÃO E CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO NO MUNICÍPIO DE MATINHOS (PR)

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/plan15>

Sidney Vincent de Paul Vikou - UFPR

Sony Cortese Caneparo - UFPR

Eduardo Vedor de Paula - UFPR



INTRODUÇÃO

A organização social e espacial contemporânea retrata uma clara tendência das pessoas a morar ou a migrar para as cidades. Do ponto de vista histórico, desde meados do século XX até o presente século XXI, observou-se, a escala mundial, um forte processo de crescimento demográfico e de urbanização. Vários autores apontaram, respectivamente, os séculos XX e XXI como o “século da urbanização” e o “século da cidade”. (MENDONÇA, 2004). De acordo com Oberai (1989), as formas de crescimento urbano englobam o aumento natural da sua população pela diferença entre as taxas de natalidade e mortalidade, as migrações e a conversão de zonas rurais em áreas urbanas.

No Brasil, conforme apresentado por Maricato (2011), analisando o período de 1940 a 2010, a autora concluiu que a proporção da população brasileira vivendo nas cidades passou de 31% para 84%, destacando de fato, um dos processos mais intensos de urbanização ocorridos no mundo durante o século XX. Na mesma lógica de estudo do processo de urbanização brasileira, Santos (1993) afirma que em 35 anos (1953 – 1988), a população urbana brasileira foi praticamente multiplicada por 5 e, nos últimos 25 anos (1963 – 1988), ela passou a triplicar.

No entanto, toda esta população que migra para as cidades não desfruta de forma igual das mesmas condições e qualidade de vida. O espaço urbano é estruturado e dividido conforme classes de renda. As parcelas de maior renda conseguem habitar as melhores áreas da cidade, a parcela de menor poder aquisitivo, as áreas centrais e deterioradas, para os mais desfavorecidos, geralmente restam as favelas. Dentro dessa conjuntura de urbanização acelerada, caracterizada em alguns locais por uma diferenciação da ocupação espacial e do acesso às infraestruturas urbanas, surge uma nítida ameaça sobre as áreas naturais dentro das cidades ou nas adjacências dos grandes centros urbanos. Essas áreas geralmente, mesmo quando existe uma legislação que assegure sua conservação, são os alvos privilegiados de uma forma de ocupação urbana diferenciada. (CARLOS, 2001).

A realidade supracitada é presente em vários municípios brasileiros e, desde a década de 1980, intensificou-se em Matinhos (litoral do Paraná), devido ao seu processo de urbanização que, em 2010, já apresentava segundo os dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2016), um grau de urbanização de 99,49%. Esse processo de urbanização gera vários impactos sobre suas características naturais, dentro das quais, pode-se destacar as ameaças sobre as Unidades de Conservação presentes, principalmente sobre os limites do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange, cuja área de entorno está sendo transformada progressivamente em área urbana.

O trabalho objetiva apresentar, em um primeiro momento, uma revisão bibliográfica acerca da temática norteadora do estudo, que é a relação urbanização - meio ambiente, bem como identificar e caracterizar o processo de urbanização do município de Matinhos-PR, tendo como um de seus desdobramentos a expansão urbana no entorno do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange.

A organização do trabalho será estruturada conforme a seguir. A primeira parte apresentará uma breve revisão bibliográfica sobre os conceitos relativos à urbanização e seus desdobramentos sobre o meio ambiente. Demonstrará, também, a importância das Unidades de Conservação, principalmente os parques para a conservação ambiental. Em seguida, será apresentado o processo histórico de urbanização do município de Matinhos-PR juntamente com os resultados e discussões sobre a análise que foi realizada com o objetivo de identificar as pressões antrópicas no entorno do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange.



O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

A forma como as sociedades, ao longo dos séculos, foram se organizando e estruturando apresentou padrão de configuração e de organização diferentes. Assim, pode-se dizer que se o século XIX foi o dos impérios e o XX, das nações ou da urbanização, a principal característica do presente século (século XXI) é a das cidades. (MENDONÇA, 2004, LEITE e AWAD, 2012). Essa realidade justifica-se pelo fato que a população mundial apresentar um perfil, predominantemente, urbano e que as previsões demográficas apontam para uma tendência de crescimento da população urbana que, por volta de 2025, representará cerca de 70% da população mundial. (MENDONÇA, 2004).

De um ponto de vista histórico, as cidades surgiram a partir da divisão do trabalho, criando de um lado o campo e de outro as atividades urbanas. Nessa lógica, de acordo com Carlos (2001), pode-se atrelar a formação das cidades pelo menos seis elementos: divisão do trabalho e da sociedade em classes, avanço e acumulação tecnológica, produção do excedente agrícola decorrente da evolução tecnológica, sistema de comunicação e uma concentração espacial das atividades não agrícolas.

Tendo como base a ideia de sistema ou instâncias, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento /Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos -PNUD/UNOPS (1997) concebe o ambiente urbano como:

el proceso de intercambio entre la base natural de una ciudad, la respectiva sociedad allí existente y la infraestructura constituída. Por consiguiente, el ambiente urbano es el resultado de diversos procesos de interacción entre três instancias o subsistemas: la humana o social, la natural y la construída. La instancia natural (o territorio) está compuesta por los elementos físicos de la naturaliza; la humana (o social) por los individuos y sus distintos niveles de organización así como por sus múltiples formas de interrelación; y la construída está formada por las formas y estructuras del espacio que son, a la vez, resultantes de la dinámica social sobre el territorio urbano. (MENDONÇA, 2004, p.195).

Essa definição apresenta um aspecto mais holístico e integrador entre as diferentes bases que compõem o ambiente urbano. Retrata claramente que, as cidades nascem e se sustentam da relação que existe entre seus componentes natural, social e construído. A cidade torna-se, então, o palco das mudanças na base física (ou natural) do espaço, a fim de abrigar populações que têm dinâmicas econômicas, sociais e culturais específicas. Em outras palavras, pode-se dizer que a instância natural das cidades é a que sustenta as demais instâncias pela sua capacidade de prover um ambiente adequado e os recursos.

A urbanização pode ser, portanto considerada como um dos principais fatores modificadora da Natureza para fim de instalação humana. Segundo Monteiro (1987 *apud* Nucci, 2008, p.12) "(...) as pressões exercidas pela concentração da população e de atividades geradas pela urbanização e industrialização concorrem para acentuar as modificações do meio ambiente, com o comprometimento da qualidade de vida".

Para Ribeiro, Freitas e Costa (2010), o acentuado processo de urbanização que está ocorrendo desde o início do século passado, traz consigo grandes alterações nas características



naturais das áreas modificadas como, por exemplo, remoção da cobertura vegetal original, impermeabilização de extensas áreas, canalização de rios, entre outros.

É importante frisar também que a urbanização, do ponto de vista social e econômico, não oferece para todos condições iguais de vida digna dentro do espaço urbano. Conforme ressaltado por Maricato (2010), para as camadas mais desfavorecidas que ocupam as áreas ambientalmente inadequadas, “não é por falta de leis ou planos que essas áreas são ocupadas, mas por falta de alternativas habitacionais para a população de baixa renda”. (MARICATO, 2010, p.9).

Nesse sentido, o processo de urbanização desordenado e sem o adequado planejamento pode causar graves problemas ambientais. Isso porque, dependendo do modelo de urbanização adotado pela cidade, poderão ser gerados a curto, médio ou longo prazo, problemas específicos que necessitarão de uma agenda de prioridades. A busca para a resolução ou minimização desses problemas pode conduzir ao desenvolvimento voltado à perspectiva da sustentabilidade urbana. Tratar da problemática ambiental urbana necessita a adoção de um conjunto de medidas que poderão ser materializados pela adoção de uma política de ocupação para o território que consiga englobar estudos sobre pontos chave, tais como: a rede de cidades, bacias hidrográficas, uso e ocupação do solo, entre outros. (VERONA, GALINA e TROPPEMAIR, 2003).

Toda a conjuntura apresentada anteriormente sobre a forma como a urbanização deu-se em algumas regiões, nos faz vislumbrar a necessidade de se focar no processo de planejamento das cidades. Esse processo deve considerar os aspectos sociais, econômicos e ambientais. O desenvolvimento das cidades implica em novos conceitos, tanto na forma de enxergar como de planejar. Crescer sem destruir, fortalecimento da democracia, gestão integrada e participativa e informação para a tomada de decisões são fatores primordiais e prioritárias para alcançar a sustentabilidade urbana e exige uma indissolubilidade da problemática social da problemática ambiental. (MMA, 2000).

A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL E A CRIAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC)

Conforme apresentado por Rylands e Brandon (2005), a classificação do Brasil como país megadiverso lhe impõe um compromisso maior, a escala planetária, em proteger os três maiores biomas mais representativos da sua biodiversidade (a Amazônia, o Pantanal, e a Caatinga – e dois *hotspots* de biodiversidade – a Mata Atlântica e o Cerrado). Para tanto, os autores ressaltam que as Unidades de Conservação constituem um fator crucial para conservar o que resta.

Contudo, observa-se que a dinâmica de urbanização brasileira está exatamente concentrada em um dos biomas mais importantes para a conservação, a Mata Atlântica. Esse bioma é caracterizado por abrigar aproximadamente 120 milhões de brasileiros que vivem em seu domínio e onde são gerados aproximadamente 70% do PIB brasileiro. Atualmente, seus remanescentes de vegetação nativa estão reduzidos a cerca de 22% de sua cobertura original. Apenas cerca de 7% estão bem conservados em fragmentos acima de 100 hectares. (BRASIL, 2015).

De acordo com Oliveira (1998), o processo de ocupação das cidades brasileiras, caracterizado pelo seu grande crescimento populacional, foi marcado pela falta de planejamento em relação aos recursos naturais e à qualidade de vida da população. Nesse aspecto, tornou-se importante direcionar mais ações para melhorar as condições ambientais e evitar uma deterioração mais acentuada dessas. Isso foi concretizado pela aprovação de várias legislações nas três esferas do Governo com o intuito de conservar a natureza.

Assim, a nível federal, foi instituído, pela Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 e regulamentado pelo Decreto Nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), atual legislação em vigor e de forte influência na criação de Unidades de Conservação. O SNUC é entendido como o conjunto das unidades de conservação federais, estaduais, municipais e particulares que atendem aos objetivos de conservação e preservação da biodiversidade brasileira. O SNUC define as Unidades de Conservação como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000,p.1).

As Unidades de Conservação (UCs) são subdivididas, por sua vez, em duas categorias de manejo. As UCs de Proteção Integral são caracterizadas pela “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais”. Elas englobam: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. As UCs de Uso Sustentável admitem o uso direto dos seus recursos naturais desde que tenha um manejo adequado e uma compatibilização entre a conservação da natureza e o uso sustentável dos recursos naturais. Elas são constituídas por: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural. (BRASIL, 2000).

De forma mais específica e dentro das categorias de Proteção Integral, os Parques foram criados tendo como objetivo de preservar os ecossistemas naturais que têm uma importante relevância do ponto de vista ecológico e da sua beleza cênica, com o intuito de proporcionar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Os parques desempenham vários papéis como, por exemplo, auxiliar na conservação dos recursos genéticos e da biodiversidade, proporcionar o sequestro do carbono, regular os ciclos hídricos, bem como a manutenção da qualidade da água, evitar processos erosivos, inundações, entre outros. (DOUROJEANNI e PÁDUA, 2001; MILANO, 2002).

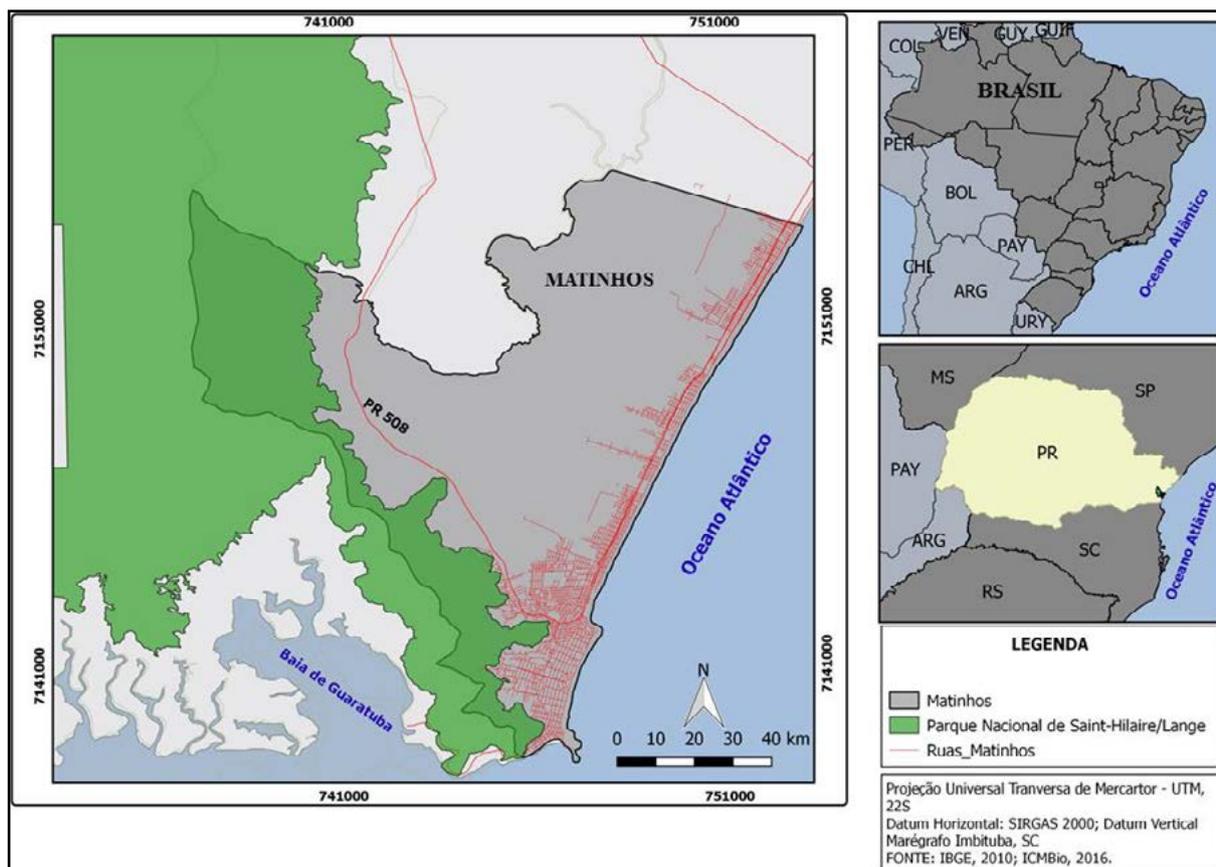
HISTÓRICO DE URBANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS – PR

Para Santos (1993), a urbanização é marcada, principalmente, pela migração de pessoas do meio rural para o urbano. De acordo com Esteves (2011), no contexto do avanço da urbanização brasileira destaca-se o litoral por concentrar parte significativa da população brasileira em municípios de diversos portes (pequenas cidades, áreas de ocupação contínua, grandes aglomerados urbanos como as metrópoles).

O Litoral do Paraná está localizado na mesorregião geográfica Metropolitana de Curitiba, mais especificamente na microrregião geográfica Paranaguá. É composto por sete municípios, sendo eles: Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná, Paranaguá, Antonina, Morretes e Guaraqueçaba. De forma mais específica, dentre desses, Matinhos (imagem 1) se localiza entre as latitudes 25 º 49 ‘ 03 “ S e entre as longitudes 48 º 32 ‘ 34 “ W. Distancia-se de 111 km de Curitiba, capital do estado e 50 Km da cidade de Paranaguá, principal polo econômico da região

litorânea. Conta com uma população de 29.428 mil habitantes (IBGE, 2010) e com as seguintes Unidades de Conservação: Parque Estadual do Rio da Onça, Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange (imagem 2) e Área de Proteção Ambiental Estadual de Guaratuba. Além desses, conforme a Lei Nº 1067, de 05 de dezembro 2006 que dispõe sobre a instituição do plano diretor participativo e de desenvolvimento integrado de matinhos, e dá outras providências, foi prevista a criação de cinco parques municipais que são: Parque Municipal Praia Grande, Parque Municipal Morro de Sambaqui, Parque Municipal do Tabuleiro, Parque Municipal do Morro do Boi e Parque Municipal do Sertãozinho (MATINHOS, 2006).

Imagem 1 - Localização do Município de Matinhos – PR



Fonte: Organizado pelo do autor a partir da cartografia disponibilizada pelo IBGE, (2010); ICMBio, (2016) e ITCG, (2015).

Imagem 2 - Parque Nacional Saint Hilaire/Lange



Fonte: Blog PARNA Saint Hilaire/Lange, (2016).

O principal fator que desencadeou as transformações na dinâmica de urbanização do litoral do Paraná remonta a década de 1920, pela abertura da Estrada do Mar que ligava a antiga estrada Curitiba-Paranaguá através do Posto Fiscal à Praia de Leste, de onde o trajeto até Caiobá era feito pela praia. Essa abertura estimulou a instalação dos primeiros veranistas na região, de comércios e o desenvolvimento do turismo por favorecer o acesso aos balneários, até então pouco conhecidos. (BIGARELLA, 2009). Na ausência de uma legislação específica, que orientasse a forma de uso e ocupação do solo, o início do loteamento de Caiobá deu-se obedecendo à valorização da paisagem natural, nesse caso, a proximidade das praias. (RIBEIRO, 2008).

O processo de loteamento do município iniciou-se na década de 1930 e o plano de urbanização da região de Caiobá de Augusto Blitzkow foi organizado por meio de um traçado de três avenidas que permitiria a ventilação das casas construídas em Caiobá. Um dos desdobramentos gerado pelo loteamento foi a retirada da vegetação de restinga e das pequenas dunas, além da ocupação das encostas. Nos meados da década de 1930, Caiobá já contava com a construção de um hotel, de disponibilidade de água, fatores que favoreceram o desenvolvimento da região. (GOBBI, 1997; RIBEIRO, 2008).

As décadas de 1940 e 1950 foram marcadas pela realização de um conjunto de obras de melhoramento, dentro dos quais a construção de canais (o canal da Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira), que dentre suas finalidades estava a erradicação da malária. (RIBEIRO, 2008). Além da construção dos canais, existia mais um obstáculo logístico que se relacionava à locomoção. Esse foi resolvido pela abertura da estrada ligando Praia de Leste a Matinhos, seguida pela ligação Caiobá-Matinhos.

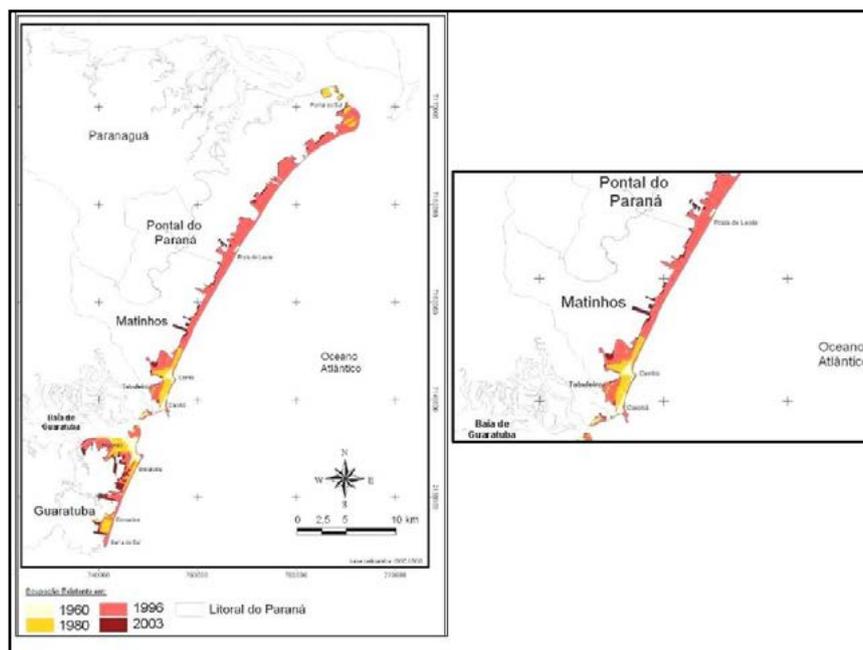
Junto a esse quadro de melhorias urbanísticas, a década seguinte, a de 1960, foi marcada pelas construções dos primeiros edifícios dando início a um processo de verticalização que se acentuou nas décadas posteriores. Esse processo de verticalização foi marcado pela construção dos edifícios Itamar de 13 andares e Caiobá com 16 andares. (ESTEVES, 2011).

Nos municípios litorâneos uma tendência consolidou-se na década de 1980: o turismo de sol e praia. Esse segmento de turismo, conforme definido pelo Ministério do Turismo como, engloba o conjunto de atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor (MTUR, 2017). Como decorrência do adensamento da ocupação na orla (vale ressaltar que o adensamento populacional é apenas no veraneio, e ao longo do ano, as residências se encontram vazias), aliado ao crescente fluxo de imigrantes, iniciou-se nas áreas que até então não despertavam nenhum interesse, as menos nobres, um processo de ocupação marcado espacialmente pela construção de moradias em bairros no interior da planície, como o bairro do Tabuleiro em Matinhos. Processo esse que se consolidou ainda mais na década de 1990. (MOURA e WERNECK, 2000; ESTEVES, 2011).

De acordo com Fonseca Neto (2007), considerando os últimos 30 anos, a população do litoral do Paraná é a que vêm apresentando os maiores índices de crescimento do estado do Paraná, a uma taxa de 2,25%. A título ilustrativo, enquanto a média do estado, entre os anos de 1980 e 1991, foi de menos de 1%, a cidade de Matinhos teve uma taxa de 6,49%. Observa-se, então, que no decorrer dos últimos 30 anos, o município de Matinhos passou por um processo muito acelerado tanto de crescimento populacional como de expansão urbana.

Os motivos que justificam o aumento populacional estavam ligados principalmente aos processos migratórios. Isso porque, devido à diminuição das oportunidades de trabalho e moradia na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), outros destinos começaram a se tornar atraentes. Nessa conjuntura, a partir da década de 1990, o litoral atraiu um fluxo de pessoas de outros estados, do interior do Paraná e da RMC, à procura de oportunidade de trabalho. Do ponto de vista espacial, essas populações recém-chegadas se localizam em Matinhos: nas encostas dos morros da região periférica de Caiobá; no curso da estrada Alexandra-Matinhos; nas localidades da Vila Nova e do Tabuleiro; nos balneários situados ao norte da área central de Matinhos. Esse processo de migração e instalação das populações na região e, por consequente, de urbanização foi ilustrado conforme a Imagem 3 a seguir. (ESTEVES, 2011). De acordo com Deschamps e Kleinke (2000), as motivações que desencadearam esse processo migratório foram as oportunidades de trabalho na atividade turística e na construção civil.

Imagem 3 - Evolução Urbana dos Municípios da Área de Ocupação Contínua do Litoral do Paraná – 1960/1980/1996/2003



Fonte: Vanhoni e Esteves (2009).

OS DESDOBRAMENTOS DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATINHOS

O recorte temporal, que se inicia a partir da década de 1980, representa um período crucial na implantação de políticas de proteção ao meio ambiente, materializado pela criação das unidades de conservação, frente à degradação ambiental promovida por algumas atividades econômicas. (PIERRI, 2003). A década de 1980 se destaca também por abrigar uma conjuntura de fatores que dizem respeito às mudanças significativas na configuração da região, tais como: aumento demográfico regional e crescimento na construção civil devido a maior concentração de segundas residências.

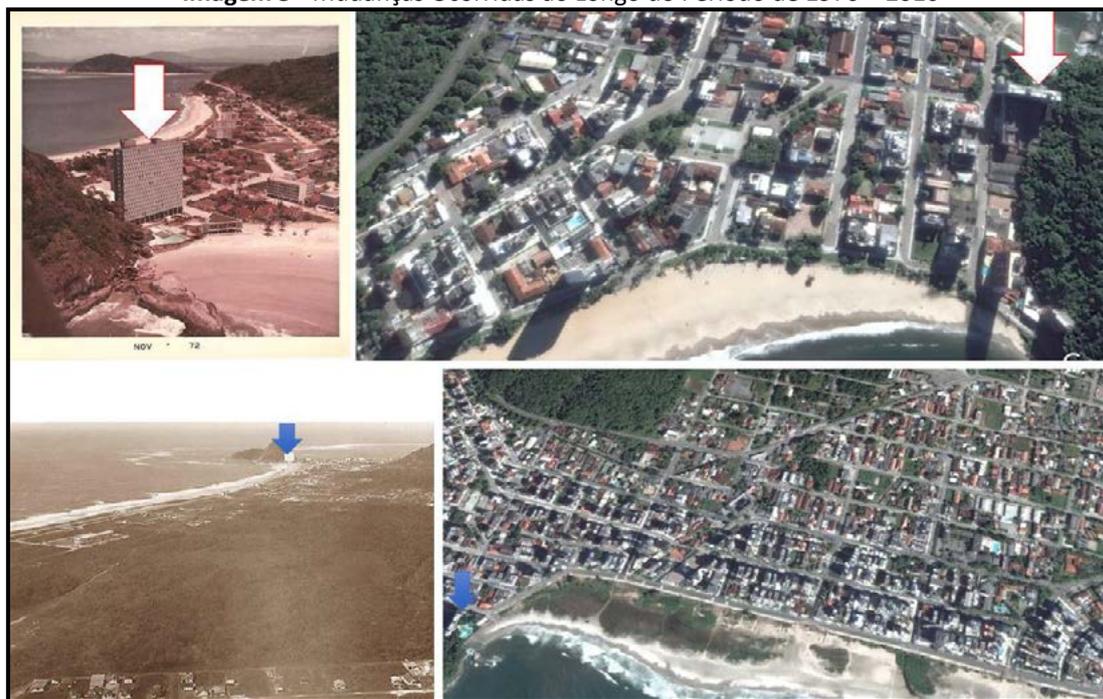
Analisando as duas imagens das figuras 04 e 05, observa-se que, na década de 1980, o processo de ocupação urbana era concentrado na porção leste do município e direcionado para a orla marítima que, por sua vez, representa um grande atrativo. Existiam poucas construções na porção oeste do município (atual bairro de Tabuleiro e Bela Vista). As infraestruturas existentes se encontravam localizadas no bairro de Caiobá e no centro da cidade, posto que esses já possuíam uma urbanização consolidada, além de serem as de primeira ocupação urbana do município.

Imagem 4 - Mudanças Ocorridas ao Longo do Período de 1980 – 2000



Fonte: organizado pelo autor a partir de imagens disponibilizadas pelo ITCG, (1980); Google Earth – Séries Históricas, (2000).

Imagem 5 - Mudanças Ocorridas ao Longo do Período de 1970 – 2016



Fonte: Fotografias do Acervo da Casa da Cultura de Matinhos - Prefeitura Municipal; Google Earth, (2016).

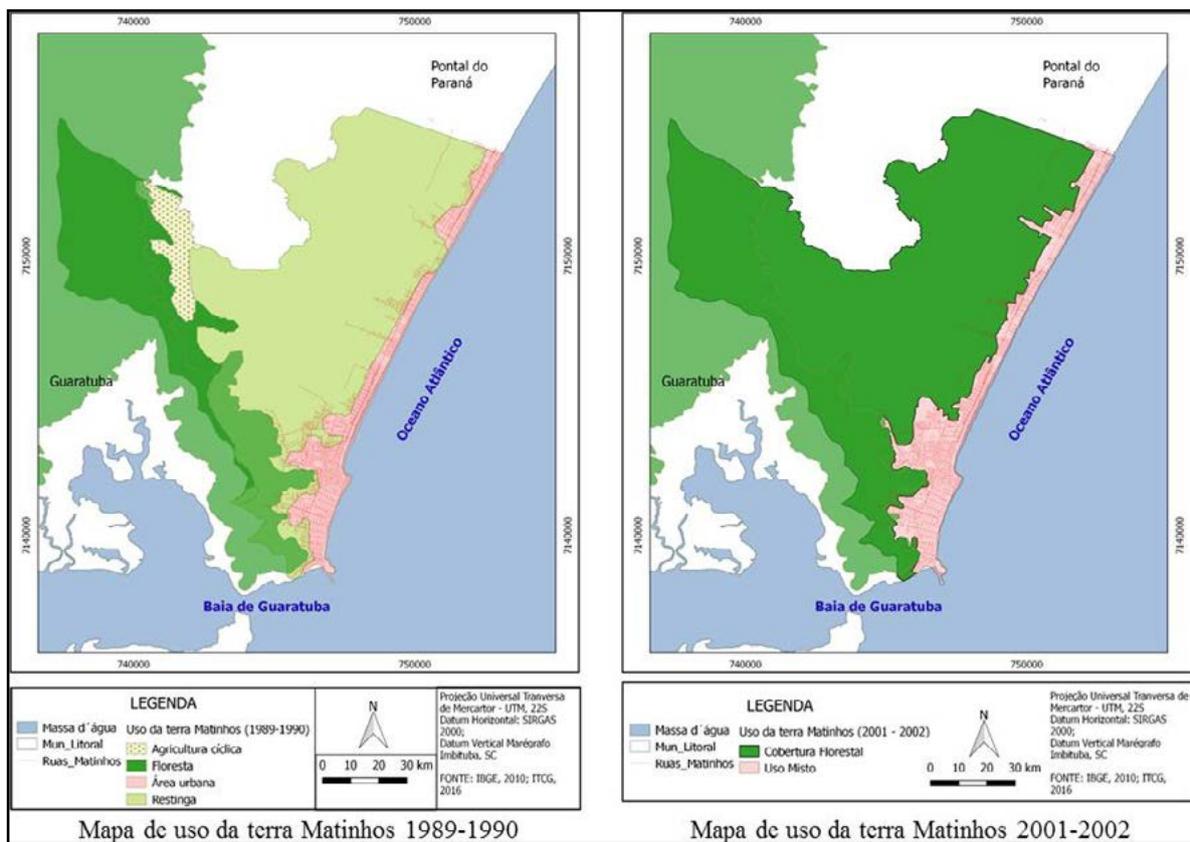
* As setas indicam o ponto de referência aqui adotado como sendo o edifício Caiobá

Hoje em dia, as áreas centrais do município tais como Caiobá e o centro da cidade, já possuem uma urbanização bem mais consolidada que a dos demais localidades. Isso faz com que a expansão urbana da cidade se oriente para novas áreas tais como o bairro de Tabuleiro, Vila Nova (face oeste), entre outros que, por sua vez são ocupadas pelas populações residentes do município. Aqui, é importante frisar que o perfil da população do município de Matinhos se divide basicamente em moradora (residente) e visitante (turista).

Matinhos, por ter um perfil de cidade litorânea, pode-se considerar a atividade turística como um dos principais fatores que moldou a urbanização do município. Além disso, os municípios praianos do litoral do Paraná (dentre os quais está Matinhos) ainda se destacam dos demais da região por apresentar uma das maiores porcentagens de domicílios de uso ocasional (segunda residência). Tratam-se de residências que são utilizadas com pouca frequência, principalmente, em alguns fins de semana e feriados durante o ano, porém passam a ter uma maior taxa de ocupação durante o verão. Por outro lado, a população moradora é constituída pelos residentes que são pessoas que trabalham e residem ao longo do ano no município.

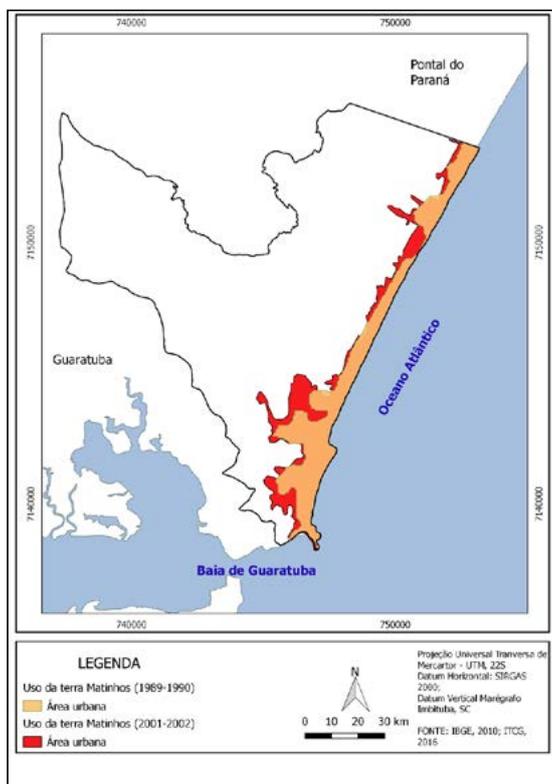
Destacando os desdobramentos da urbanização sobre os limites do Parque Nacional Saint Hilaire/Lange (criado em maio de 2001 por meio da Lei nº 10.227), os mapas representados nas imagens 06 e 07 mostram uma expansão urbana do município em direção à atual área do parque. As formas de uso da terra mapeadas no período de 1989 a 1990 pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG) foram: floresta, agricultura cíclica, restinga e área urbana. No entanto, apesar de ter sido feito pelo mesmo órgão (ITCG), observou-se que as formas de uso do período de 2001 a 2002 para a mesma área diferiram. Assim, no último caso, passou-se a ter duas classes: cobertura florestal e uso misto. Apesar de que a nomenclatura tenha mudado, observa-se uma pequena variação entre a mancha “área urbana” do período 1989-1990 e da mancha de “uso misto” de 2001 a 2002; exatamente localizadas no entorno do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange. Essas variações mostram uma expansão da mancha urbana em direção aos bairros de Tabuleiro e Sertãozinho.

Imagem 6 - Caracterização do Uso da Terra no Período de 1989 A 2002 e Crescimento da Área Urbana do Município de Matinhos entre 1989– 2002



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da cartografia disponibilizada pelo Itcg, (2002).

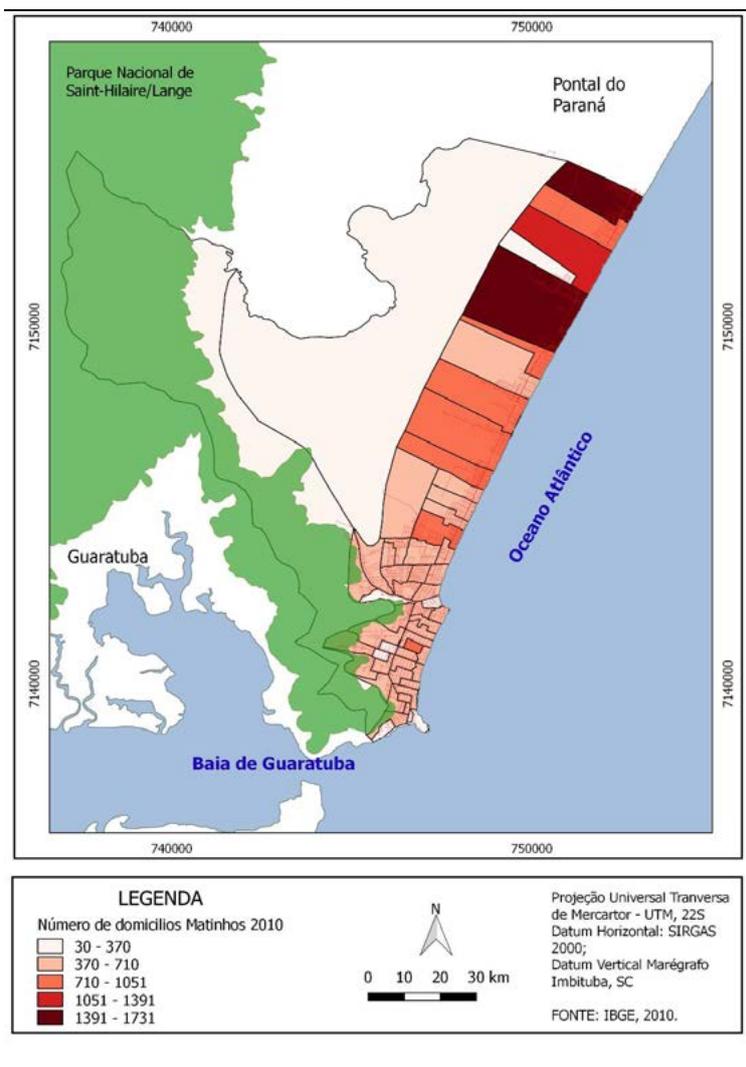
Imagem 7 - Delimitação e Crescimento da Área Urbana do Município de Matinhos entre 1989 - 1990 e 2002 – 2002



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da cartografia disponibilizada pelo Itcg, (2002).

Ao se analisar a imagem 08, elaborada a partir dos dados publicados pelo Censo Demográfico do IBGE de 2010, observa-se que a concentração populacional na área central do município engloba grande parte da população residente, sendo que se nota a existência de alguns setores censitários que são colados aos limites do parque. Dos 58 setores censitários considerados no censo de 2010, 45 estão localizados a um raio de 3 km a partir dos limites do parque, totalizando mais de 80% da população total, o que representa 23.737 habitantes. Além disso, pode-se observar uma concentração dos domicílios no entorno do parque que varia entre a faixa de intervalo de 370 a 710. Ademais, observa-se que os setores com maior número de residentes são os que são mais próximos aos limites do parque e que têm um número menor de domicílios em relação à Caiobá.

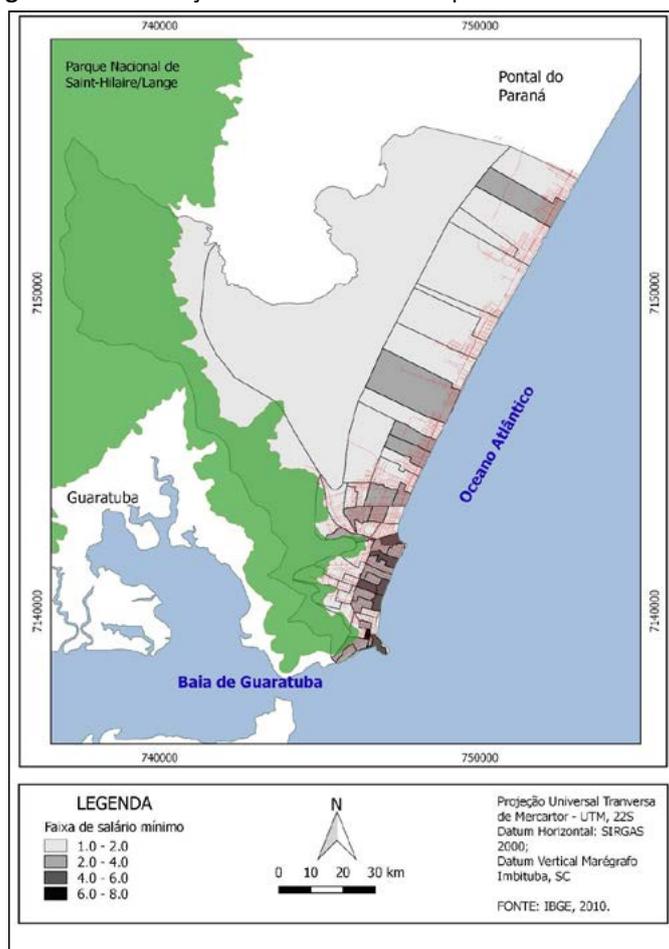
Imagem 8 - Número de Domicílio e População Residente no Município de Matinhos em 2010



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da cartografia disponibilizada pelo IBGE (2010).

No que diz respeito à questão da renda, a qual foi obtida a partir do valor do rendimento nominal mensal das pessoas responsáveis por domicílios particulares permanentes (com e sem rendimento) do Censo de IBGE 2010), observa-se que as faixas maiores de renda estão nos bairros da Praia Mansa, Caiobá e no centro (imagem 9). As demais áreas, principalmente as mais próximas aos limites do parque englobam a população de menor poder aquisitivo.

Imagem 9 - Distribuição da Renda no Município de Matinhos em 2010



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da cartografia disponibilizada pelo IBGE (2010).

Os resultados obtidos pelo presente trabalho permitem apresentar o perfil da configuração urbana que caracteriza o município de Matinhos, principalmente, o entorno do Parque Nacional de Saint Hilaire/Lange. O uso da terra no entorno é predominantemente residencial e de serviços, apresentando uma dinâmica que abriga o maior número de população residente do município. Nota-se que a área estudada, a partir de um raio de 3 km (conforme Resolução CONAMA nº 428/2010, prorrogada pela Resolução CONAMA nº 473/2015), engloba 80,66% da população residente do município e 67,95% dos domicílios. Desse modo, abrange várias faixas de renda, sendo que a faixa que se destaca com uma representatividade de 82,37% é a de mais de 1/2 a 1 salário mínimo, seguida da de mais de 3 a 5 salários mínimos.

Observou-se também que o maior número de população residente, porém com baixa quantidade de domicílios localiza-se nas áreas mais próximas aos limites do parque. É importante frisar a questões dos domicílios permanentes, posto que Matinhos por ser um município balneário possui também um alto número de residências de uso ocasional. Geralmente, essas residências são utilizadas nas férias ou na época de veraneio.

A configuração urbana atual observada no entorno do parque decorre de um processo histórico que se intensificou, principalmente, nas décadas de 1980 e 1990. O município atualmente apresenta uma configuração urbana subdivida em dois polos separados pela Avenida Juscelino Kubitschek. De um lado Caiobá que concentra parte da infraestrutura urbana do município e por outro lado, os demais bairros que surgiram depois dos anos 1980. A elitização de certas áreas do município faz com que a população residente procure outras novas áreas para moradias.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O atual perfil de forte urbanização que caracteriza o século XXI faz surgir a necessidade de se repensar a forma como as cidades crescem. Essa discussão sobre o crescimento das cidades não pode ser dissociada da discussão ambiental, seja da relação que existe entre urbanização e meio ambiente. Isso se justifica pelo fato que o crescimento urbano, em alguns locais, está ocorrendo sobre a base da expansão das áreas urbanas sobre as áreas naturais.

Nessa lógica, além das relações sociais que existem e são criadas e mantidas nas cidades, é preciso levar também em consideração os impactos das cidades sobre o meio ambiente. Trata-se de uma forma de se conceber ou olhar para as cidades com o adequado peso que elas têm no que diz respeito à geração de transformações sobre o ambiente natural que elas causam.

A conservação ambiental em áreas urbanas, a consolidação de unidades de conservação já existentes frente à expansão urbana, bem como a valorização da proteção ambiental nas suas áreas de entorno (zona de amortecimento), a conscientização e educação ambiental, entre outros, são temas de suma importância que se devem ser consideradas ao direcionar os rumos da urbanização atual. As cidades constituem o elemento central da nossa atual organização espacial e são, provavelmente, as principais forças modificadoras da paisagem.

O presente estudo permitiu tecer uma reflexão acerca do processo de urbanização do município de Matinhos-PR, sendo que um dos desdobramentos foi a urbanização no entorno do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange. Constatou-se que nessa porção do município está instalada parcela significativa da população residente. Além disso, devido ao fato que o plano de manejo do parque está em processo de elaboração, o parque se encontra em uma situação delicada no que diz respeito à sua relação com seu entorno.

Diante do exposto anteriormente, há a necessidade de pensar e de orientar o processo de expansão urbana do município para áreas mais adequadas e que não possam constituir uma ameaça ao entorno do parque. Isso poderá ser materializado, pela criação de instrumento de controle e de monitoramento do uso e ocupação do solo principalmente nas áreas limítrofes ao parque. Nesse sentido, torna-se importante pensar no planejamento urbano e gestão da cidade envolvendo os mais diversos atores, seja eles do poder público municipal, de órgãos ambientais e também das populações residentes, cuja grande finalidade será, de um lado, oferecer melhores condições de vida às populações e assegurar a integridade dos limites do Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. In: **Diário Oficial da União, 18 de julho de 2000**. Estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das Unidades de Conservação e regulamentou o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, 2000.

_____. Lei nº 10.227, de 23 de maio de 2001. Cria o Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange, no Estado do Paraná e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/L10227.htm >. Acesso em: 26 set. 2016.

_____. MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Biodiversidade**. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/biodiversidade> >. Acesso em: 27 set. 2016.



BIGARELLA, J.J. **Matinho: Homem e Terra Reminiscências**. 9.ed. Fundação Cultural de Curitiba, 2009.

CARLOS, A. F. A.: **A Cidade**. 5. ed- São Paulo: Contexto, 2001

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução N° 428/2010**. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=641> > e <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=719> Acesso em: 28 out. 2015.

DESCHAMPS, M.V., KLEINKE, M.P.U. Os fluxos migratórios e as mudanças socioespaciais na Ocupação Contínua Litorânea do Paraná. In.: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba, n.99, p. 45-59.2000.

DOUROJEANNI, M. J.; PÁDUA, M.T.J. **Biodiversidade: A Hora Decisiva**. Curitiba, UFPR, FBPN, 308 p., 2001.

ESTEVES, C. J. O. de: **Vulnerabilidade socioambiental na área de ocupação contínua do litoral do Paraná - Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) - Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná. CURITIBA, 2011.

FONSECA NETO, J. da. **Ecoturismo no Litoral do Paraná: Caminhos e Descaminhos**. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2007.

GOBBI, E. F. **Gerenciamento Costeiro: Análise de Casos do Litoral do Paraná sob a Perspectiva da Engenharia Costeira**. Tese de doutoramento - Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE/UFRJ, D.Sc., Engenharia Oceânica, 1997)

IBGE. Cidades. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. **Matinhos**. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=411570&search=parana|matinhos> > Acesso em: 27 set. 2016.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Mapa Temático e Dados Geoestatísticos das Unidades de Conservação Federais. **Unidades de Conservação Federais – SHP (SIRGAS2000)** (2016). Disponível em < <http://www.icmbio.gov.br/portal/geoprocessamentos/51-menu-servicos/4004-downloads-mapa-tematico-e-dados-geoestatisticos-das-uc-s> >. Acesso em: 28 set. 2016.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Base de Dados do Estado – **BDEweb**. Disponível em: < <http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php> > Acesso em: 27 set. 2016.

ITCG. Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná. Dados geoespaciais de referência. **Divisão Político-Administrativa** (2015). Disponível em < <http://www.itcg.pr.gov.br/modules/faq/category.php?categoryid=8#> >. Acesso em: 30 set. 2016.

_____. Aplicação Geo. **Aerolevantamentos** (1980). Disponível em < <http://www.geo.pr.gov.br/ms4/itcg/geo.html> >. Acesso em: 30 set. 2016.

_____. Uso da terra. **Uso do Solo 1989/1990 e 2001/2002** (2002). Disponível em < <http://www.geo.pr.gov.br/ms4/itcg/geo.html> >. Acesso em: 30 set. 2016.

LEITE, C.S.de. AWAD, J.M.C,di.: **Cidades Sustentáveis: Desenvolvimento Sustentável num Planeta Urbano**. Editora Bookman, 2012.

MARICATO, E. O Estatuto da Cidade Periférica. In: **O Estatuto da Cidade: comentado**. Organizadores Celso Santos Carvalho, Ana Claudia Rossbach. – São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010. 120 p.: il.



_____. Cidade Sustentável. In: **9º Congresso Nacional de Sindicatos de Engenheiros – CONSENTE** – 2011.

MATINHOS (Prefeitura Municipal). **Lei nº 1067, de 05 de dezembro 2006. Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor Participativo e de Desenvolvimento Integrado de Matinhos, e dá outras providências.** Legislação da Prefeitura Municipal de Matinhos, 05 de dezembro 2006. Disponível em < <https://leismunicipais.com.br/a1/pr/m/matinhos/lei-ordinaria/2006/107/1067/lei-ordinaria-n-1067-2006-dispoe-sobre-a-instituicao-do-plano-diretor-participativo-e-de-desenvolvimento-integrado-de-matinhos-e-da-outras-providencias?q=Lei%20N%BA%201067%20> >. Acesso em: 27 de set. 2016.

MENDONÇA, F. A. **Impactos socioambientais urbanos.** Curitiba: Editora da UFPR, 2004. v. 1. 330p.

MILANO, M. S. Por que Existem Unidades de Conservação? In: **MILANO, M. S. Unidades de Conservação: Atualidades e Tendências.** 1 ed. Curitiba, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, p. 193-208, 2002.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Cidades Sustentáveis: subsídios à elaboração da Agenda 21.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos Renováveis; Consórcio Parceria 21 IBAM-ISER-REDEH, 2000.

MONTEIRO, C. A. de F. - **Qualidade ambiental - Recôncavo e Regiões limítrofes.** Salvador, Centro de Estatísticas e Informações, 2001, 48p e 3 cartas.

MOURA, R. WERNECK, D.Z. Ocupação Contínua Litorânea do Paraná: uma leitura do espaço. In.: **Revista Paranaense de Desenvolvimento.** Curitiba, n.99, p. 61-82. 2000.

MTUR. Ministério do Turismo. Marcos Conceituais. Disponível em < http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf >. Acesso em: 23 jan. 2017.

NUCCI, J. C. **Qualidade ambiental e adensamento: um estudo de Planejamento da Paisagem do distrito de Santa Cecília (MSP).** Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em Geografia Física. 2ª edição, Curitiba, 2008.

OBERRAI, A. S.: **Migration, urbanisation et développement, Documents pour la formation en matière de population, ressources humaines et planification du développement,** n° 5. Genève: BIT, vi-85 p. 1989.

OLIVEIRA, L. M. – **Guia de Prevenções de Acidentes Geológicos Urbanos.** Curitiba: MINEROPAR, 1998.

PIERRI, N. O litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. In.: **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente,** Curitiba, n. 8, p. 25-41, jul./ dez., 2003.

PNUD- Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. UNOPS- Oficina de Servicios para Proyectos de las Naciones Unidas. **Proyecto regional de capacitacion en gestion ambiental urbana. Guía metodologica de capacitacion en gestion ambiental urbana para universidades de América Latina y el Caribe.** Nova York: UNDP/UNOPS, 1997.

RIBEIRO, H. I. Histórico da ocupação do balneário de Caiobá: um relato sob a perspectiva da história ambiental. In: **IV Encontro Nacional da ANPPAS.** Brasília - DF, 2008.

RIBEIRO, M. F.; FREITAS, M.A.V. de.; COSTA, V.C.DA. O desafio da gestão ambiental de zonas de amortecimento de unidades de conservação. In **VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física, II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física.** Universidade de Coimbra, maio de 2010.



RYLANDS, A, B.; BRANDON, K. Unidades de conservação brasileiras. In.: **Revista Megadiversidade**, nº1, v1, p.27-35, julho 2005.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1993.

VERONA, J.A.; GALINA, M.H.; TROPMAIR, H. Geografia e Questões Ambientais. In: **Mercator – Revista de Geografia** da UFC, ano 02, número 04, 2003.